

Sumário

1. Apresentação
2. Introdução
3. Documentos de referencia
4. Economia verde: apreciação filosófico-política
 - 4.1. Globalização e insulamento
 - 4.2. Governança global
5. *Green economy* e a plataforma conservadora
 - 5.1. Responsabilidade planetária?
 - 5.2. Em defesa do *status quo* no âmbito internacional
 - 5.3. Gradualismo na eliminação da pobreza
 - 5.4. A “pegada” neoliberal
 - 5.5. Questões estratégicas: água, biodiversidade e combustíveis fósseis
6. O projeto nacional de desenvolvimento, no contexto da ordem global
 - 6.1. Elementos estratégicos
7. Conclusão



1. Apresentação

O presente documento foi produzido como um esforço de síntese e sistematização das exposições e debates ocorridos em Oficina realizada em 11/05/2012 pela Fundação João Mangabeira, que teve como expositores Aldo Arantes (PCdoB) e o Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Os principais protagonistas da Oficina, a sua vez, foram os segmentos organizados do Partido Socialista Brasileiro, ou seja, mulheres, raça e etnia, LGBT, juventude socialista, movimento sindical, movimentos populares.

Importante frisar que o documento não repercute, em cada um de seus elementos, consensos. Procurou-se, contudo, retratar uma lógica de raciocínio que se coaduna, em seu arranjo geral, com a perspectiva socialista, quanto aos temas a serem mobilizados na Rio +20.

O propósito, portanto, não é o de fechar questão, mas de animar o debate e ressaltar a importância do tema, no conjunto de lutas a serem conduzidas pelo Partido Socialista Brasileiro e sua militância.

Carlos Siqueira

Presidente

Fundação João Mangabeira

2. Introdução

O presente documento tem por objetivo apresentar uma apreciação conceitual sobre o tema fundamental que irá movimentar a Rio +20, ou seja, a noção de *economia verde*.

Note-se de princípio, contudo, que a Resolução 64/236 da Assembleia Geral

das Nações Unidas, que disciplina o mandato para a realização da Conferência, compreende os seguintes objetos:

- Tratamento dos desafios novos e emergentes do desenvolvimento sustentável;
- Temas da “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e da “estrutura institucional do desenvolvimento sustentável”.

Para aqueles que se posicionam no campo da esquerda é fundamental que se observe, no entanto, que os encaminhamentos e documentos que deverão ser levados à Conferência terminam por priorizar o tema da *economia verde*, que, consequentemente, precisa ser devidamente avaliado em suas dimensões políticas e conceituais.

A mudança subliminar de foco, por si mesma, é expressiva, visto que se presta à subordinação de toda a agenda a uma perspectiva conservadora, informada pelas concepções neoliberais.

3. Documentos de referencia

Os desenvolvimentos realizados neste *paper* baseiam-se nas seguintes fontes:

- Resolução 64/236 da Assembleia geral das Nações Unidas;
- Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza – síntese para tomadores de decisão (PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente);
- Documento de contribuição brasileira à conferência Rio +20;
- Esboço zero: minuta de declaração dos Chefes de Estado, decor-



rente da realização da Conferência;

- Objective and themes of the United Nations Conference on Sustainable Development, Report of the Secretary-General.

4. Economia verde: apreciação filosófico-política

O ideário implicado com o conceito de economia verde, conforme ele se apresenta nos documentos indicados no item anterior, movimenta um grande problema sob o aspecto filosófico, além de um conjunto de questões no âmbito econômico.

No terreno filosófico o problema que se propõe está relacionado à conversão da totalidade do meio natural em meio *antrópico*, ou, enunciado de modo diretamente capitalista, à subordinação irrestrita da natureza à indústria e à industrialização.

Na vida material já se operou a transformação segundo a qual todo o meio natural se submete ao processo capitalista de produção e valorização, de tal modo que, mesmo as porções do globo intocadas por ele não são mais do que áreas de reserva e descanso do *grande estoque terrestre*, que pode ser posto em movimento, tão logo as condições socioeconômicas o requeram. Faz-se necessário, portanto, extrair as devidas consequências da filosofia da natureza, conforme Marx, por exemplo, a concebeu. Note-se, quanto a este aspecto que, mais do que ninguém, por sua abordagem dialética, Marx compreendeu que as relações homem - natureza fazem par com a relação homem - homem, de tal forma que não é possível submeter a primeira à civilização, apascentá-la, se a barbárie impera na relação

dos homens entre si. Este, por sinal, deveria ser o objeto privilegiado da Rio +20: a superação da barbárie inerente, às maravilhas que o capitalismo está condenado a produzir.

4.1. Globalização e insulamento

Que todo o meio natural se subordine ao processo capitalista de produção, que a natureza seja colocada a serviço do capital, tem implicações de grande significado, conforme se indica abaixo:

- Nesta nova realidade *global*, e à medida em que ela opera, delineando e realizando suas potencialidades e tendências, não é mais possível pensar em expansão de fronteiras, no sentido de que exista território em escala terrestre a ser alcançado pelo processo de produção e valorização capitalista;
- Significa dizer, portanto, que nossa geografia fechou-se sobre si mesma e que todo espaço foi capturado por relações sociais e econômicas. Não há, portanto, um *fora*, um *além fronteiras*, de onde possam advir recursos não contabilizados nas potencialidades produtivas do planeta;
- O planeta terra, nossa habitação, converte-se, progressivamente, em uma única ilha, cujo perímetro aponta para o espaço e seus imensos interstícios;
- Se o meio natural se converte recorrentemente em meio antrópico, o homem se desumaniza, no sentido de que se rompem suas relações *supostamente* naturais com a natureza. O homem, que a filosofia contemporânea suspeitou ser artificial, se demonstra, na prá-



tica, uma contínua invenção social e cultural.

Nesse contexto, ou seja, em que nosso *habitat* se proponha como uma ilha, ou ainda, no qual o processo de globalização se afirme, ao mesmo tempo, como uma *insulamento*¹, apresentam-se questões absolutamente essenciais, que movimentam não apenas a Rio +20, mas toda a reflexão sobre o desenvolvimento capitalista – que só se realiza potencializando contradições – e *nosso futuro comum*.

4.2. Governança global

Aceito que *tendencialmente* a globalização implica uma completa antropomorfização da natureza, se apresenta, então, como questão política de primeira grandeza, o problema da governança planetária, cuja natureza é de modo imediato a seguinte: como arbitrar as ações soberanas de cada nação, em um cenário no qual todos estão imediatamente envolvidos, ou, dito de outro modo, em que as consequências de cada ação podem adquirir escala planetária ou global?

5. Green economy e a plataforma conservadora

A plataforma conservadora para as questões propostas pelo insulamento do planeta e, muito especialmente, para a governança global já está lançada. Encontra no ideário mobilizado pela *green economy* uma grande afinidade, conforme se procura demonstrar abaixo.

5.1. Responsabilidade planetária?

Os documentos que fundamentam o conceito de economia verde, e que serão levados à Rio +20, partem do suposto segundo o qual a situação atual de degradação do “meio natural” deve-se, ne essencial, a decisões equivocadas dos for-

muladores e executores de políticas públicas, sejam elas macroeconômicas ou setoriais.

Não existe, portanto, um recorte sistêmico que acaba por sobredeterminar as políticas adotadas, mas decisões equivocadas que podem ser reparadas, modificadas e/ou reformuladas.

Por meio desta sutileza preserva-se ileso o modo capitalista de produção enquanto tal, não se evidenciando que o processo de valorização, por sua própria natureza, se põe e repõe como processo recorrente de destruição, sem o qual operaria a lei da *tendência declinante da taxa de lucros*².

A globalização e o insulamento planetário a que dá causa demonstram e realizam de modo pleno esta tendência intrínseca à produção capitalista: se não há fronteiras a serem conquistadas, se não há territórios a serem incorporados, o mercado capitalista se cria, inventa e reinventa por meio da contínua produção de necessidades, cujas contrafaces são o consumismo e o uso insustentável de recursos “naturais”.

Criar recorrentemente mercados, por meio da contínua invenção do mesmo como novo, é uma necessidade para o capitalismo. Desta forma, necessidades estabelecidas e estacionárias são atendidas pela degradação e reposição de produtos tidos até há pouco como *top* (os celulares dão bom exemplo desta tendência).

5.2. Em defesa do *status quo* no âmbito internacional

Da mesma forma que não se aponta que o problema ambiental é de modo *imediato* um problema inerente ao modo de produção capitalista, aborda-se a distribuição desigual de riqueza e renda em



escala internacional, a partir do polo da pobreza.

Em o fazendo, evita-se enunciar que a riqueza e os padrões que se lhe associam são absolutamente insustentáveis. A pobreza problemática, que é delimitada para ser enfrentada com tratos de políticas públicas muito tênues, esconde então uma *riqueza problemática*, cuja assimetria, que têm dimensões de classe, nacionais etc., não pode ser superada, sem que se recomponha a divisão internacional do trabalho, sob pena de se comprometer de modo severo a sustentabilidade do planeta.

Tratando-se como iguais os efetivamente diferentes, predica-se para os países pobres e nações em desenvolvimento, que adotem práticas verdes, de tal modo que a economia marrom dos países centrais não se veja fustigada pela competição exacerbada, em torno de recursos sabidamente escassos.

5.3. Gradualismo na eliminação da pobreza

A superação da pobreza impõe a todas as nações em que esta condição se demonstra significativa, um sinal de alerta. É preciso alinhar-se com um sentimento de urgência, no que se refere a mudar a condição de existência das populações submetidas a pobreza.

O conceito de *green econmy*, não obstante, parece aceitar um gradualismo na superação das situações de pobreza, advogando teses e práticas que a compatibilizam com ações *ecologicamente aceitáveis ou recomendáveis*. Predica-se, portanto, que seguir um receituário verde potencializa, por si mesmo, as possibilidades de superação da pobreza.

Ora, em um cenário de recursos escassos, de limitação das ações que possam trazer impactos ambientais significativos, cabe aos ricos conter e limitar seus padrões de vida e de consumo, de tal forma que os pobres possam superar a condição de pobreza.

5.4. A “pegada” neoliberal

As teses postas a circular, a partir do conceito de economia verde, ainda atribuem ao mercado um papel fundamental, reduzindo o Estado a uma espécie de pedagogo, a quem caberia induzir ações dos agentes privados a cursos compatíveis com a sustentabilidade.

O Estado, portanto, tem um papel importante, mas *supletivo*, limitando-se ao máximo sua ação discricionária, normalizadora e, muito particularmente, as possibilidades redistributivas que pode mobilizar.

Além disso se opera uma transmutação crítica, atribuindo-se a particulares e especialmente aos pobres, parte significativa da superação de sua miserabilidade. Na recomposição da matriz energética chega-se a conjecturar, por exemplo, que os pobres possam adquirir painéis solares, financiados por microcrédito. Ora, transfere-se por este meio o custo de investimento na prestação dos serviços de eletricidade aos pobres, muito provavelmente no cenário de que estes mesmos serviços já tenham chegado aos ricos, concedendo-lhes o benefícios de amortizar este investimento em prazos longuíssimos, incorporados ao custo das tarifas.

5.5. Questões estratégicas: água, biodiversidade e combustíveis fósseis



É extremamente curioso que as classes e países que mais se beneficiaram do desenvolvimento capitalista e que, por consequência se aferram à propriedade privada dos meios de produção vejam, ao mesmo tempo, as reservas de água potável, a biodiversidade e, de maneira um pouco mais velada, as reservas estratégicas de combustíveis, como uma espécie de patrimônio comum do planeta, desconsiderando, ao menos prospectivamente, sua dimensão nacional.

Ora, derroga-se a dimensão necessariamente nacional da titularidade sobre tais recursos estratégicos, para se afirmar uma espécie de expectativa de uso condominial dos mesmos. Neste sentido, *nosso destino comum* compreende uma nova onda de expropriação, ou seja, as nações que foram e são assaltadas em seus recursos pelo imperialismo seriam, agora, capturadas pelo usufruto planetário de *suas* riquezas.

6. O projeto nacional de desenvolvimento, no contexto da ordem global

Ainda que toda perspectiva política séria precise considerar como essencial o problema ambiental, compreender a natureza absolutamente fundamental da sustentabilidade e das práticas que se lhe associam, não se pode conceber que tal valorização se dê no contexto do deslocamento das lutas pela emancipação popular e, no momento estrategicamente adequado, de construção da hegemonia socialista.

O fato, portanto, de que a história nos proponha a questão da governança planetária, em um cenário de esgotamento de fronteiras, não deve conduzir à ideia de que é necessário subordinar o desenvolvimento dos países periféricos a uma espécie de homeostase global, *dentro*

dos quadros existentes de distribuição de riqueza e renda.

Ao contrário, o fato de que as fronteiras - ou seja, a identificação e incorporação de novos recursos naturais estratégicos à produção capitalista - se demonstrem estacionárias não autoriza a pensar em qualquer limitação do desenvolvimento, mas, diferentemente, em estabelecer formas de assegurar a *equidade* no acesso e uso daqueles recursos. Ou seja, os países, classes e segmentos que tomaram a dianteira e que, devido a condições históricas específicas, se apropriaram do patrimônio comum da humanidade devem, agora, reduzir suas “pegadas”, de tal modo que os historicamente excluídos possam se aproximar dos padrões socioeconômicos e culturais médios, sem que isso conduza a um cenário incontornável de insustentabilidade.

Há que se defender, portanto, como elemento estratégico e geopolítico essencial, a titularidade *nacional* de recursos naturais, que os países centrais pretendem entender como bem comum. Digase de passagem, parte da redistribuição de riqueza e renda necessárias à superação da pobreza e dos cenários de exclusão decorrem, justamente, de uma mudança de termos de troca, que remunere em condições significativamente mais favoráveis recursos naturais prospectivamente (mais) escassos – dentre os quais a água potável é um dos elementos mais expressivos.

Do ponto de vista da agenda ambiental propriamente dita é fundamental, ainda, que se assumam como requisitos mínimos os temas apresentados abaixo:

- Erradicação da pobreza extrema;
- Segurança alimentar e nutricional;
- Titularidade sobre a biodiversidade;



- Promoção da inovação e acesso à tecnologia;
- Acesso à água potável;
- Equidade;
- Acesso à saúde;
- Trabalho decente, emprego e responsabilidade social das empresas;
- Educação;
- Cultura;
- Gênero e empoderamento das mulheres;
- Promoção da igualdade racial;
- Reforço do multilateralismo com participação da sociedade civil;
- Produção e consumo sustentáveis;
- Cidades e desenvolvimento urbano;
- Transportes;
- Agropecuária e desenvolvimento rural;
- Financiamento para o desenvolvimento sustentável;
- Combate à desertificação;
- Oceanos, mares e zonas costeiras;
- Pesca e aquicultura;
- Florestas.

Tais temas, em lugar de subordinar o desenvolvimento sustentável à construção de uma economia verde, que relativiza as prioridades de emancipação popular e superação da pobreza, pensa a própria questão da sustentabilidade em sua dimensão sócio-histórica, o que pressupõe que a humanização da relação homem-natureza não pode ocorrer fora dos quadros da redenção da relação homem-homem, *movimento este cujo nome próprio é socialismo*.

6.1. Elementos estratégicos

Do conjunto de temas apontados acima, alguns têm, em uma perspectiva estratégica, importância capital. A erradicação da pobreza extrema e a segurança nutricional demonstram-se importantes, por si mesmas, até mesmo do ponto de vista estritamente ambiental – ou seja, populações vulnerabilizadas se sujeitam a práticas ambientalmente insustentáveis, para garantir sua sobrevivência.

O problema, contudo, de um ponto de vista político e de governança é mais amplo: trata-se de admitir a possibilidade de se limitar os direitos melhor adquiridos, em benefício daqueles para com os quais existe um passivo histórico a ser resgatado. O ponto, portanto, consiste em inverter as prioridades correntes, para priorizar a erradicação da pobreza em detrimento, se necessário, do direito de fruir inconsequentemente a riqueza que, a rigor, por sua origem e história, é um patrimônio comum da humanidade.

Na mesma linha devem ser considerados os direitos de acesso às políticas públicas, como saúde, educação, cultura, trabalho e renda etc. Se pensado em escala global, tal acesso requer uma pactuação que se fundamente na equidade e, conseqüentemente, na redistribuição de recursos, riqueza e renda.

Ainda na dimensão estratégica é preciso pensar como um bloco as questões relacionadas à inovação tecnológica, titularidade da biodiversidade, energia e recursos hídricos. Trata-se, aqui, primeiramente, de evitar uma nova onda de expropriação imperialista, criando-se conseqüentemente novos passivos, tanto de natureza ambiental, quanto sócio-política.

Deve-se considerar, contudo, um aspecto ainda mais essencial talvez, ou seja, o direito à autodeterminação e à formulação



de um projeto nacional de desenvolvimento, que resista à inserção subalterna na ordem internacional, sendo, portanto, instrumento efetivo de emancipação, autonomia e dignidade, dos contingentes populacionais que tem sido arrastados pelo crescimento capitalista, sem dele usufruir.

7. Conclusão

A agenda socialista não pode, evidentemente, ser indiferente à questão ambiental e, particularmente, aos requerimentos de sustentabilidade.

É preciso evitar, contudo, a todo custo, aceitar como verdadeira uma contradição entre desenvolvimento e sustentabilidade.

O que deve estar em questão na agenda ambiental, por certo, não é o direito dos povos e nações do terceiro mundo a atingirem padrões dignos de vida, nos quadros do atual desenvolvimento das forças produtivas.

Trata-se, bem ao contrário, de compreender que o próprio conceito de sustentabilidade só faz sentido nos termos de uma ordem internacional justa e equitativa. Colocar o problema em qualquer outra perspectiva significa ser capturado pelas concepções conservadoras, que pretendem eternizar o que, historicamente, é produto de pilhagem e apropriação privada, do esforço humano comum de civilização do planeta e humanização da natureza.

Atingir, contudo, uma ordem internacional justa e equitativa não é um problema técnico, racional, científico, mas **político**. Os meios que permitiriam fundar uma sociedade mais justa, equitativa e promotora das potencialidades humanas existem. O modo capitalista de produção, devido a sua própria natureza, ou seja, de gerar continuamente a apropriação pri-

vada do produto e da produção, não pode, contudo, por si só, conduzir a esta condição.

Cabe aos socialistas, portanto, e nos quadros da economia capitalista, especialmente ao Estado e às políticas de Estado, assegurar tal efeito. Por esta razão, os socialistas, em lugar de propugnar o estabelecimento de uma economia verde, demandam como alternativa política, a desprivatização do Estado e, consequentemente, a inversão do atual quadro de prioridades em escala global, de tal modo que se contrarreste a lógica capitalista estrita, que consiste na valorização do capital, independentemente de qualquer consideração social e ambiental.

¹ Na acepção utilizada no texto, ato por meio do qual se converte um determinado território em ilha, separada de outras porções de terra por meio distinto, como a água ou o espaço.

² Teorizada por Marx em O Capital.